



Geramos valor
para a Natureza



MUSAMI
OPERAÇÕES MUNICIPAIS DO AMBIENTE, E.I.M. SA.

RELATÓRIO E CONTAS **2016**



Índice

Mensagem do Presidente	4
A empresa.....	5
Cadeia de Valor	6
Missão	10
Visão.....	11
Política	11
Regulamentos internos e externos	13
Informação sobre transações relevantes	14
Modelo de Governo.....	14
Estrutura Organizacional.....	14
Relações com stakeholders	15
Remunerações	16
Análise da sustentabilidade	16
Gestão do Capital Humano.....	16
I&D e Inovação	20
Atividade da empresa	21
Introdução	21
Enquadramento macroeconómico	22
Análise Económica e Financeira	27
Resultados.....	27
1. Volume de negócios.....	27
2. Resíduos sólidos urbanos e equiparados	27
3. Valorização de embalagens.....	27
4. Valorização de outros resíduos	28
5. Estrutura dos Gastos	29
6. Resultados.....	29

7. Investimento	29
8. Balanço.....	30
9. Recebimentos de clientes.....	30
10. Indicadores de Qualidade de Serviço de Gestão de Resíduos	31
11. Endividamento.....	31
Atividade operacional.....	31
Receção de resíduos	31
RSU e equiparados	32
Tratamento e valorização	32
1. Resíduos urbanos biodegradáveis.....	33
2. Valorização de resíduos urbanos.....	33
Monitorização	34
1. Monitorização ambiental.....	34
2. Caracterização de resíduos	34
3. Certificação	34
Comunicação e imagem	34
Perspetivas para o Futuro	36
Considerações finais.....	37
Proposta de aplicação de resultados	37
Anexo: Demonstrações financeiras	38

Mensagem do Presidente

O ano de 2016 foi preenchido com muita atividade ao nível da gestão de projetos que se desenrolam nas suas várias fases.

Durante o ano 2015 e no decorrer do ano 2016 foram executadas as empreitadas de construção da célula de resíduos sólidos urbanos de suporte à nova solução de tratamento de resíduos, de instalação de uma osmose inversa para tratamento adequado dos lixiviados gerados nas células de confinamento técnico, de instalação de uma central de aproveitamento energético de biogás que permitirá reduzir fortemente as emissões difusas com efeito estufa do processo e uma reengenharia final da massa de resíduos que permitirá a sua selagem, prevista para o ano 2017. Continua o processo de avaliação das propostas da fábrica de valorização energética.

Em 2017 serão encerradas todas as intervenções referidas, iniciada a empreitada de construção de uma central de triagem e adjudicada a central de valorização energética.

Ainda em 2017 será adquirida a instalação tratamento de resíduos de Nordeste ficando assim a Musami com a responsabilidade do tratamento de resíduos de toda a ilha de São Miguel.

Projeta-se um aumento de capital com participação de capitais privados a desenvolver no ano 2017 ou 2018.

Com esta configuração a MUSAMI está a dar passos muito significativos no sentido de estabelecer um sistema de gestão de resíduos muito orientado para a valorização, com o recurso a aterros na expressão mínima tecnicamente possível e sem resíduos orgânicos.

O projeto capacita a ilha a atenuar qualquer impacto ao nível dos resíduos do aumento de atividades económicas como o turismo ou a indústria agroalimentar.

O equilíbrio do projeto também garante o cumprimento das metas do PEPGRA (Plano Estratégico de Prevenção e Gestão dos Resíduos Urbanos) por parte dos municípios ao nível dos resíduos, bem como a integração num sistema de

economia circular com aproveitamento dos recursos com valor até ao limite possível sustentável.

A economia circular vai afetar muito as nossas vidas nos próximos tempos pois através de normativo comunitário trará uma gradual transformação da economia para a redução do desperdício de recursos e para uma reutilização ou mesmo reciclagem de materiais gerando um conjunto diversificado de matérias-primas secundárias a introduzir no mercado.

A empresa

A MUSAMI-Operações Municipais do Ambiente, EIM SA foi constituída para desenvolver a gestão logística relacionada com a gestão de resíduos, em cooperação com a Associação de Municípios da Ilha de São Miguel.

Foram transferidas em 2009 para a MUSAMI as atividades relacionadas com a reciclagem e em 2013 toda a atividade de gestão de resíduos que era desenvolvida pela AMISM – Associação de Municípios da Ilha de São Miguel, que ficou como acionista único da sociedade.

Em 2015, foi aumentado o Capital Social para 6,3 Milhões de Euros.

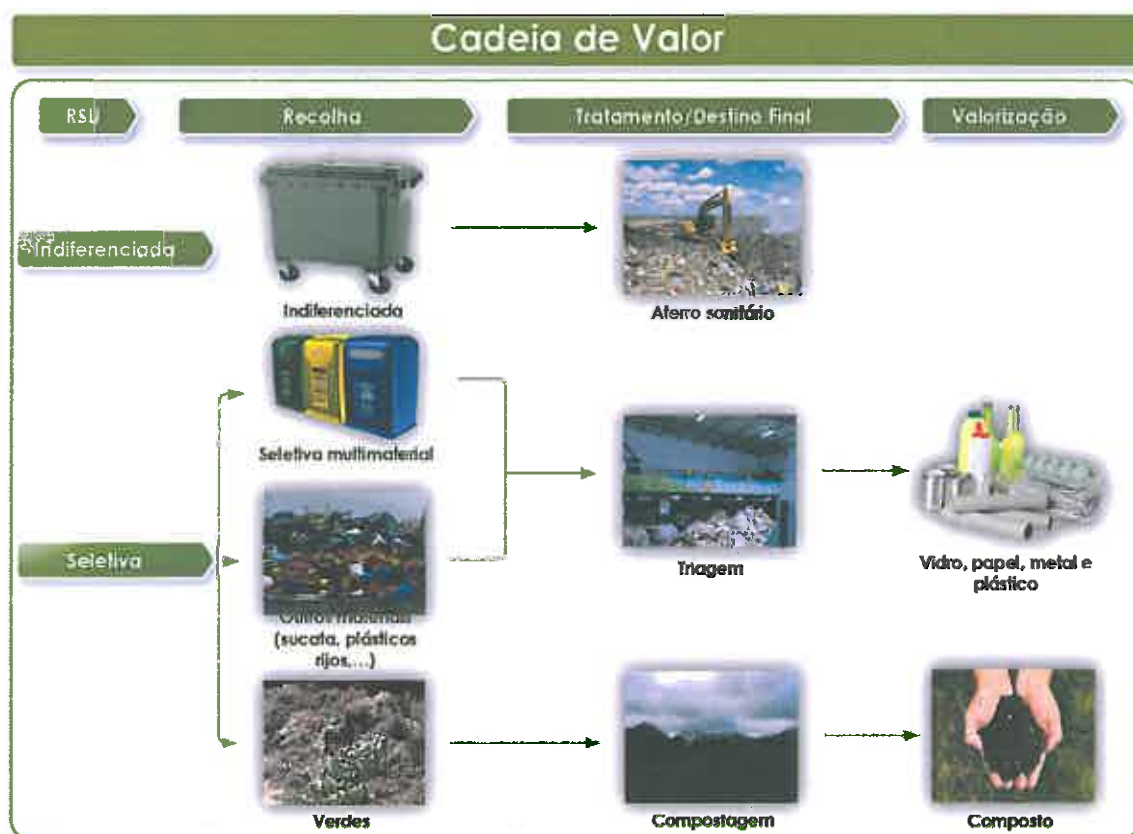
A MUSAMI, EIM, SA serve os Municípios de Ponta Delgada, Ribeira Grande, Lagoa, Vila Franca do Campo e Povoação, com uma população de 133 mil habitantes residentes e com uma área de 645 km².

Para o desenvolvimento da sua atividade a MUSAMI dispõe de um aterro, um parque de compostagem de verdes, uma estação de triagem, uma estação de tratamento de águas lixivantes, um ecocentro e diversas instalações de apoio.

Além destes ativos a MUSAMI dispõe ainda de um terreno destinado ao desenvolvimento do Projeto de Desenvolvimento do Ecoparque da Ilha de São Miguel, um grande Projeto cofinanciado pelo PO-SEUR e pelo Programa Operacional Açores 2020.

Cadeia de Valor

A MUSAMI, EIM, SA recebe resíduos sólidos urbanos e resíduos industriais de forma seletiva e indiferenciada. Todos os resíduos recebidos de forma seletiva são sujeitos a operações de valorização e depois enviados para os retomadores que procedem à sua reciclagem ou aos clientes, no caso do composto ou de reutilizáveis.



Síntese dos indicadores

Indicadores financeiros	2014	2015	2016
Capital Social	4,225,000 €	6,300,000 €	6,300,000 €
Capital próprio	5,104,166 €	6,727,990 €	6,924,123 €
Ativo Líquido	6,193,407 €	8,029,863 €	9,298,092 €
Investimento acumulado	3,994,478 €	5,433,975 €	7,545,635 €
Endividamento bancário	- €	- €	- €
Passivo não corrente	466,667 €	700,000 €	1,400,000 €
Passivo corrente	622,574 €	601,873 €	973,969 €
Volume de negócios	3,363,069 €	3,761,329 €	4,797,977 €
EBITDA	925,893 €	1,024,201 €	1,184,826 €
Resultado Líquido do Exercício	395,022 €	308,239 €	396,132 €
PMP (dias)	45	65	51
PMR (dias)	62	56	80
Indicadores de atividade	2014	2015	2016
Número médio de trabalhadores	16	17	18
Número de Municípios abrangidos	5	5	5
Resíduos sólidos tratados	73,189	77,030	80,859
População abrangida	133,000	133,000	133,000

EBITDA = Resultado Operacional + amortizações – subsídios + perdas por imparidades + perdas por justo valor e provisões – reversões

Principais acontecimentos

Durante o ano de 2016 são de destacar, pela sua importância os seguintes acontecimentos:

- Substituição do secretário da mesa da Assembleia Geral da MUSAMI pelo Vereador Alberto Bulhões;
- Manutenção da certificação do sistema de gestão da qualidade;
- Concessão da certificação aos sistemas de gestão de ambiente e saúde e segurança no Trabalho;
- Promoveu-se formação no âmbito da saúde e segurança no trabalho, junto a alguns trabalhadores sobre a exposição a determinados riscos, assim como, formação sobre queda em altura e manuseamento de escadas e escadotes;

- Criou-se o plano de emergência interno da MUSAMI/Medidas de autoproteção;
- Procedeu-se à sensibilização dos colaboradores relativamente a Riscos químicos, riscos biológicos e ergonomia;
- Realizou-se avaliação de iluminância e agentes biológicos, que permitiu estabelecer algumas medidas para mitigação do risco;
- Procedeu-se à certificação energética do edifício sede da MUSAMI;
- Elaborou-se o relatório de sustentabilidade relativo ao ano de 2015;
- Realizou-se formação em "Introdução às medidas de autoproteção e Equipamentos de combate a incêndio;
- Iniciou-se a implementação dos requisitos da Norma de Gestão da Energia;
- Iniciou-se a implementação dos novos requisitos das Normas ISO9001 e ISO140001 segundo as versões de 2015, com vista a certificação no 1º semestre de 2017.
- Elaborou-se um Plano de Comunicação 2016/2018 assenta em quatro Programas. O programa Divulga, Contacto, Smart e Parceiros;
- O Programa Contacto que sustentou a receção de 2289 visitantes ao Ecoparque, 62 ações de sensibilizações aos alunos em escolas, num total de 2415 alunos;
- No Programa Smart, realizaram-se 16 formações a empresas que atingiram 236 trabalhadores destas empresas;
- Envio de 366 Declarações de Destruição / Receção do Resíduos a todos os clientes da Musami que procederam ao encaminhamento de resíduos no Ecoparque no ano de 2016;
- Início da integração operacional do Ecoparque de Nordeste na MUSAMI;
- Início da Prestação de Serviços da Locação de Contentores Marítimos – 343 Contentores, dos quais 238 Contentores de 40 pés e 105 Contentores de 20 pés;
- Início do Novo Contrato de Prestação de Serviços Exploração do Centro Triagem – Gestão da Exploração do Centro de Triagem;
- Início da exploração da Célula 1 do Ecoparque II – a exploração da célula 1 do aterro sanitário da MUSAMI, localizada no estabelecimento Ecoparque II da Ilha de São Miguel, teve início em outubro;

Início da exploração da Portaria do Ecoparque II – prestação de serviços na portaria do Ecoparque II, todo o novo pessoal recebeu formação e o edifício sofreu obras de beneficiação para acolhimento das novas equipas;

Acompanhamento de Empreitadas de Construção e transmissão para a DALVOR – sistema de tratamento de lixiviado por Osmose Inversa e construção da célula 1 do Ecoparque II;

Doações Eco⁵ – foram desenvolvidas várias culturas hortícolas e distribuídos 2.731 kg produtos por instituições de solidariedade social;

- Alteração de tarifário da MUSAMI ano 2016 – de forma a estar em conformidade com os Decretos-leis n.ºs 138/90 de 26/04 e 162/99 de 13/05, que regula que o preço de venda deve incluir todos os impostos e taxas, de modo que o consumidor possa conhecer o montante exato que tem a pagar. Foi alterado o tarifário para dar cumprimento aos respetivos Decretos-Leis;
- Implementação do FutureDoc (sistema de gestão digital de documentos) e respetiva formação aos funcionários da MUSAMI;
- Candidatura ao programa SEI de 16 ocupados provenientes do programa Recuperar;
- Criação de modelo de orçamento participativo por departamento;
- Elaboração do sistema de gestão e avaliação de desempenho;
- Adjudicação de empréstimo a médio e longo prazo para o financiamento da empreitada de conceção, construção e fornecimento de uma nova central de triagem automatizada;
- Aquisição de *software* para a gestão de contratos;
- Financiamento comunitário – foi aprovada a candidatura do grande projeto ao POSEUR do Projeto Ecoparque da Ilha de São Miguel.
- Integração na ISOTOOLS (plataforma digital) de todos os equipamentos móveis e imóveis para a gestão dos planos de manutenção, registos e controlo de custos;
- Levantamento dos equipamentos existentes e estudo preliminar dos investimentos necessários realizar nas instalações do Ecoparque do Nordeste;
- Receção da instalação de tratamento de lixiviados por osmose inversa;

- Acompanhamento da empreitada da célula de aterro do Ecoparque II e entrega das instalações à empresa SIGA para exploração do aterro sanitário;
- Licenciamento da central de produção energética do biogás de aterro;
- Acompanhamento da empreitada de aproveitamento energético do Biogás de aterro;
- Aprovação do projeto e licenciamento da nova triagem automatizada de resíduos;
- Acompanhamento mensal dos planos de manutenção dos prestadores de serviços;
- Elaboração de Cadernos de Encargos destinados a empreitadas e a prestações de serviços diversas;
- Desenvolvimento dos PaPEPGRA municipais e da Musami em articulação com os municípios associados;
- Preparação da 1ª fase da implementação do sistema de gestão energética nomeadamente: o registo e a gestão dos consumos energéticos e o estudo de medidas de racionalização dos consumos energéticos.

Missão

A missão da MUSAMI – OPERAÇÕES MUNICIPAIS DO AMBIENTE, E.I.M, S.A. é a gestão de sistemas de depósito, tratamento e valorização de resíduos sólidos assim como assegurar atividades assessorias no domínio da proteção do meio ambiente, nomeadamente:

- Propondo, elaborando e intervindo em projetos, programas e planos de desenvolvimento integrado na ilha de São Miguel;
- Fornecendo ao Governo Regional ou a outras entidades neles interessadas, a informação e colaboração convenientes;
- Respondendo a consultas que lhe forem formuladas pelo Governo Regional sobre iniciativas legislativas relativas aos municípios;
- Criando, mantendo e aperfeiçoando serviços próprios de informação de apoio aos Municípios;
- Proporcionando ações de formação e aperfeiçoamento profissional dos funcionários municipais;

- Estabelecendo relações que reforcem os princípios municipalistas ou contribuam para a saúde, cultura e bem-estar dos munícipes;
- Colaborando pela forma considerada mais conveniente, na prossecução de outras atividades que a assembleia intermunicipal venha a estabelecer para a exploração do sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento dos resíduos sólidos urbanos dos Municípios;
- Contribuindo assim para a melhoria da qualidade ambiental dos seus territórios.

Visão

Respondendo aos compromissos definidos e assumidos no estabelecimento da sua Missão, os principais vetores da visão da MUSAMI são:

- Manter e consolidar as atividades de triagem, confinamento técnico (aterro), valorização e encaminhamento para valorização de resíduos;
- Alargar a abrangência da sua atividade a outras que contribuam para o cumprimento da missão;
- Ser uma entidade de referência, a nível regional, na prestação de serviços à comunidade e ao ambiente e de capacidade e credibilidade técnica;
- Ser reconhecida como uma entidade de atitudes pró-ativas na procura de melhores desempenhos nos pilares ambiental e social da sustentabilidade;
- Melhorar o seu desempenho operacional, optando por tecnologias mais eficientes, sempre que economicamente viáveis à sustentabilidade económico-financeira da atividade.

Política

A MUSAMI – Operações Municipais do Ambiente, E.I.M., S.A. ao implementar e gerir um sistema integrado, ambientalmente correto e economicamente sustentável, para tratamento e valorização dos resíduos urbanos, tendo em consideração as quatro perspetivas de gestão:

Perspetiva Financeira

- Promover a utilização das Melhores Técnicas Disponíveis e Boas Práticas na Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos Urbanos em conformidade com o Plano Estratégico de Resíduos mantendo uma atitude visionária e de constante inovação no que respeita à Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos;
- Gerar riqueza que permita investimentos sustentados e em harmonia com os interesses e necessidades das partes interessadas, tendo sempre presente as preocupações de sustentabilidade económico-financeira, optando pela análise criteriosa da viabilidade dos investimentos, pelo rigor na gestão dos recursos e pelo controlo dos custos.

Perspetiva Clientes/Utentes

- Apoiar iniciativas de carácter social, educativo, cultural e ambiental;
- Promover uma aproximação à sociedade através de mecanismos que colocamos ao seu dispor para a sua auscultação;
- Assegurar, de uma forma continuada, as necessidades e expetativas das partes interessadas, aumentando progressivamente a confiança na MUSAMI, E.I.M., S.A.

Perspetiva Interna

- Cumprir os requisitos legais aplicáveis e outros requisitos que subscreva;
- Informar, sensibilizar e formar os colaboradores da MUSAMI, E.I.M., S.A., e outras partes interessadas, relativamente aos aspetos significativos de ambiente, segurança e qualidade;
- Fomentar a integração da MUSAMI na sociedade, através da realização de ações socialmente responsáveis, destinadas a reduzir os impactes negativos da sua atividade, bem como a criar e a maximizar os seus impactes positivos;
- Prevenir a ocorrência de lesões e doenças profissionais, promovendo a higiene, segurança e saúde, através de uma análise rigorosa e profunda das atividades e seus riscos, informando, formando e envolvendo os colaboradores e prestadores de serviços.

Perspetiva de Inovação e Aprendizagem

- Monitorizar e rever o sistema integrado de gestão de ambiente, segurança e qualidade, por forma a melhorar continuamente o seu desempenho e eficácia;
- Proporcionar as adequadas condições de trabalho aos colaboradores, a valorização dos seus conhecimentos e das suas competências, optando por estimular e promover a sua formação contínua, a sua valorização individual, as boas relações interpessoais, a capacidade de iniciativa e empreendedorismo para projetos internos;
- Promover a prevenção da poluição, minimizando os riscos para a segurança e saúde de todos os colaboradores e prestadores de serviços, bem como da comunidade envolvente e promover a qualidade, tendo em consideração a natureza, dimensão, acidentes decorrentes e impactes ambientais potenciais das nossas atividades.

Regulamentos internos e externos

Os regulamentos são aprovados pelo Conselho de Administração ou pelo Diretor-Geral e estabelecem os princípios, regras e procedimentos a adotar no desenvolvimento da atividade da empresa.

Os principais regulamentos em vigor são:

- Manual de exploração do Ecoparque, incluindo o aterro;
- Regulamento de admissão de resíduos;
- Manual do Sistema de Gestão da Qualidade;
- Manual de Acolhimento;
- Manual de Funções;
- Manual do Triador de Recicláveis;
- Plano de Monitorização e Inspeção de Produtos Recicláveis;
- Medidas de autoproteção e Plano de emergência interno;
- Regulamento do Fundo de Maneio.

Informação sobre transações relevantes

Na aquisição de bens e serviços a empresa rege-se pelo Código dos Contratos Públicos, utilizando uma plataforma eletrónica para o desenvolvimento processual dos concursos, garantindo a transparência efetiva sobre todas as suas compras relevantes.

O relacionamento da MUSAMI com a AMISM rege-se por um contrato programa que rege os moldes desse relacionamento numa perspetiva in-house.

Modelo de Governo

Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: - Dra. Elizabete Tavares

1º Vogal: -Dr. Alexandre Branco Gaudêncio

2º Vogal - Dr. Alberto Bulhões

Fiscal Único: - Dr. Martins da Cunha

Conselho de Administração

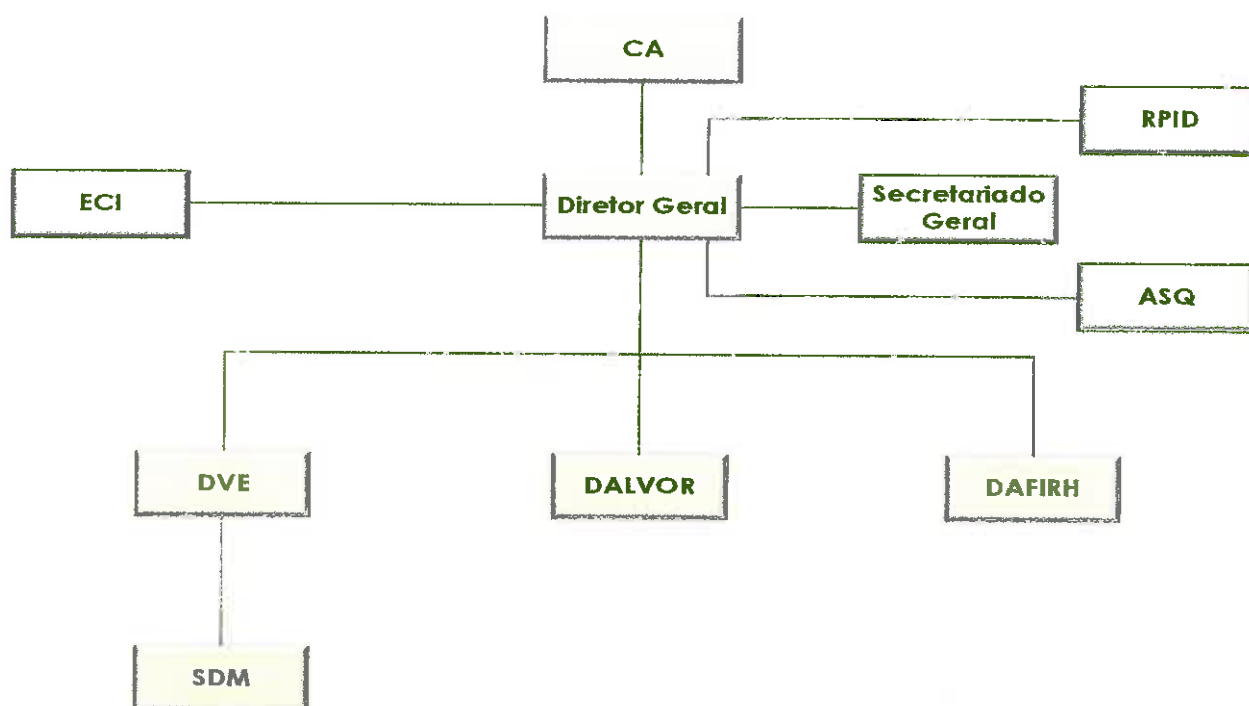
Presidente: – Dr. Ricardo Rodrigues

1º Vogal - Dr. José Manuel Bolieiro

2º Vogal - Dr. Pedro Melo

Estrutura Organizacional

A estrutura orgânica é a que a seguir apresentamos:



Legenda:

CA – Conselho de administração

ECI – Estudos, comunicações e informática

RPID – Relações públicas, imagem e documentação

ASQ – Ambiente, segurança e qualidade

DVE – Direção de valorização Energética

DALVOR – Direção de aterros, logística, valorização orgânica e reciclagem

DAFIRH – Direção administrativa, financeira e de recursos humanos

SDM – Subdireção de manutenção

Relações com stakeholders

A MUSAMI cumpre todas as obrigações legais e estatutárias em matéria de divulgação de informação, assegurando os deveres inerentes ao adequado

na alçada da empresa as funções estratégicas e de gestão de contratos, de responsabilidades e de garantia da qualidade e da observância das regras do setor.

Assim os trabalhadores da MUSAMI têm qualificações maioritariamente diferenciadas e são uma pequena parcela dos recursos humanos envolvidos nos nossos negócios.

Evolução emprego direto e outro operacional	2014	2015	2016
Nº trabalhadores – MUSAMI	16	17	18
Nº trabalhadores – Prest.Serv. Ecoparque	38	49	56

Como é natural numa empresa em grande crescimento organizacional, o número de pessoal afeto tem aumentado.

Estrutura	2014	2015	2016
Género Feminino	11	10	10
Género Masculino	5	7	8

A estrutura dos trabalhadores da MUSAMI tem favorecido o género feminino.

Estrutura Etária	2014	2015	2016
19 – 25	3	3	2
26 – 35	8	9	10
36 – 45	4	4	4
46 – 55	1	1	2

Uma estrutura etária jovem.

Habilitações Literárias	2014	2015	2016
Ensino básico			
Ensino secundário	3	3	4
Ensino Superior	13	14	14

Atendendo às funções que são realizadas o pessoal é altamente qualificado.

Relativamente ao absentismo, não se observa qualquer nível de absentismo ou trabalho suplementar na empresa.

Formação profissional	2016
Total de horas de formação	1172
N.º de trabalhadores envolvidos	35
Média de horas por trabalhador	33.5

Unidade: Horas

As principais áreas de formação foram:

- Future Doc – nova versão do GSE, promovida pela MUSAMI em colaboração com a empresa ANO;
- Introdução às medidas de autoproteção e equipamentos de combate a incêndio, em colaboração com a empresa Competir Açores.



Ambas as formações contaram com a presença de todos os funcionários da MUSAMI.

Foram ainda promovidas ações de formação nas áreas de contratação Pública; excel avançado; Ms project; formação pedagógica Inicial de formadores, com a colaboração da empresa Norma Açores; Lei dos compromissos e pagamentos em atraso; Orçamento de estado 2016 e principais alterações fiscais e colóquios relacionados com a qualidade e resíduos.

Nos últimos meses do ano 2016, foram realizadas ações de formação interna, para a passagem de tarefas entre funcionários para garantir a adequada gestão de processos.

Para o cálculo das horas foram envolvidos 35 trabalhadores, tendo para o efeito sido também contabilizado os funcionários que estão nos programas de inserção e apoio social.

Programa Recuperar e SEI

Foram renovados contratos de 2 trabalhadores do programa recuperar pelo período de 12 meses e contratado ao abrigo do Programa SEI 11 trabalhadores provenientes do programa recuperar desde 2014.

Programa Estagiar L

Foram contratados ao abrigo do Programa acima referido 3 funcionários afetos aos projetos de plano de comercialização do fertilizante orgânico da MUSAMI – acompanhamento processo de produção; acompanhamento dos sistemas de gestão da qualidade e da implementação dos sistemas de ambiente e saúde e segurança no trabalho e instalação do sistema de osmose inversa e desenvolvimento de um composto a partir de resíduos verdes.

Saúde e Segurança no Trabalho

Não foram registados acidentes e quaisquer incidentes de trabalho.

Medicina no trabalho

Foram realizadas todas as consultas no âmbito da medicina de trabalho.



I&D e Inovação



A permanente procura das melhores soluções para a valorização de resíduos com qualidade e com impacto social e económico tem conduzido a uma política de gestão de competências orientada para a transferência de conhecimento nas melhores tecnologias utilizadas na Europa e nas tendências que são previsíveis.

No caso da produção de composto foi desenvolvido um projeto de I&D sobre o FO-MUSAMI, um fertilizante orgânico produzido a partir de resíduos de jardim, com o objetivo de determinar a melhor forma de produzir um produto de elevada qualidade e de diversas medições de impacto sobre diversas culturas desenvolvidas na Ilha de São Miguel.

Foram desenvolvidas experiências com batata-doce, banana, maracujá e melancia sob ambiente controlado para identificar as melhores técnicas de utilização bem como os contrastes de produtividade com as técnicas normalmente utilizadas.

Também fomos parceiros num projeto de I&D desenvolvido pelo INOVA sobre o ananás, que utilizou diversos substratos entre os quais o FO-MUSAMI onde se obteve a conclusão que o FO-MUSAMI é a alternativa mais adequada à produção de ananás de elevada qualidade e rentabilidade.

A MUSAMI é ainda parte de grupos de trabalho no seio da ESGRA – Associação para a gestão de resíduos, onde se procura influenciar favoravelmente os caminhos da política de ambiente numa perspetiva inovadora e sustentável e é membro observador da AVALER – Associação de entidades de valorização energética de resíduos sólidos urbanos. A MUSAMI é ainda associada da ISWA – International Solid Waste Association que acompanha as tendências internacionais e particularmente europeias do sector.

Atividade da empresa

Introdução

A MUSAMI – Operações Municipais do Ambiente, EIM, S.A. desenvolve a sua atividade na ilha de São Miguel, na Região Autónoma dos Açores, englobando 5 municípios (Lagoa, Ponta Delgada, Povoação, Ribeira Grande, e Vila Franca do Campo) numa área de 644,7 km², servindo uma população residente de 132.919 habitantes¹.

A MUSAMI está a diversificar as suas atividades entrando no negócio da produção de energia em três vertentes (biogás, incineração e solar) cujos concursos decorrem no momento.

A MUSAMI tem dado um importante contributo para a economia circular fazendo reentrar na produção materiais reciclados e matéria orgânica, gerando uma oferta significativa no mercado secundário de matérias-primas e devolvendo aos solos os nutrientes da matéria orgânica recuperada por via seletiva, entre os quais, pela sua importância, destacamos o fósforo.

A MUSAMI em 2016 geriu 80,859 toneladas de resíduos, destes valorizou organicamente 6,555 toneladas de resíduos urbanos biodegradáveis e 3,516 toneladas de materiais enviados para reciclagem, que representam 64.99% e 35.01%, respetivamente, do total de resíduos valorizados. Estes valores significam que a MUSAMI valorizou 36.59% dos resíduos urbanos valorizáveis.

Com estes valores, ultrapassamos a meta PEGRA para 2013 de desvio de resíduos biodegradáveis de aterro de 50% face a 1995 (assumiu-se para 2016 a meta PEGRA para 2013), pois atingimos 52%.

¹ Censos de 2011

Enquadramento macroeconómico

O crescimento mundial será de 3.10% em 2016 e de 3.40% em 2017, de acordo com o FMI. Estas previsões já descontam o efeito previsível do Brexit e a gestão de expectativas com a nova presidência norte americana.

O mundo vai atravessar intensos desafios nas próximas décadas que merecem a nossa atenção, porque a resposta a estes desafios pode gerar motivações para alterações estruturais na forma como as sociedades se organizam.

A globalização que produziu um primeiro movimento de grande crescimento mundial gerou tensões económicas, sociais e ambientais que podem ser descritas de forma mais simples do que prever como se desenhará o próximo futuro.

A transferência de riqueza das sociedades ricas que tinham liderado a industrialização para sociedades com mão-de-obra barata e disponível em grande volume produziu uma alteração dos centros de produção industrial de oriente para ocidente. Com esta transferência, retirou-se da pobreza uma parte muito importante da população mundial.

Mas estas transferências de riqueza também geraram conflitos no ocidente, com uma forte redução do poder de compra das classes médias e com um sempre acrescido risco de desemprego dos jovens e daqueles que por qualquer motivo perderam o emprego e já estão com idades superiores a 40 anos.

O impacto nos sistemas de segurança social dos países ocidentais foi também muito preocupante, o que associado a baixas taxas de natalidade e aumento da esperança de vida, começam a gerar um ambiente perturbante para o equilíbrio pré-existente. Muitos sistemas foram reestruturados, mas passados poucos anos dão novamente sinais de necessitarem de novas intervenções, que passam sempre pelo aumento do tempo de trabalho (e de contribuições) e pela redução das prestações futuras.

Por outro lado, a transferência da indústria para outras geografias gerou fortes dificuldades ao crescimento económico que, associado a crises bancárias fruto da imprudência e da desregulação, acabaram por pressionar fortemente as dívidas públicas dos estados.

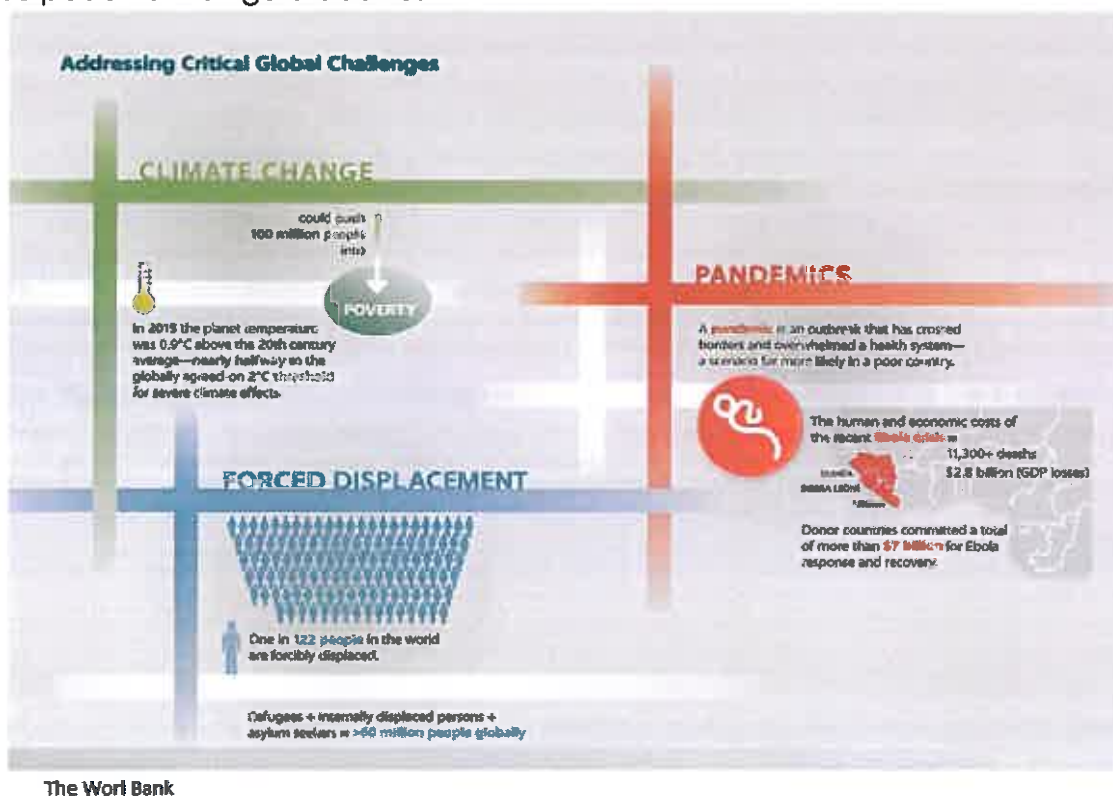
Regras antigas de emissão monetária e de financiamento dos estados geram o ambiente adequado à especulação e à concentração de apostas financeiras dos mercados que, operadas de forma concertada, podem levar Estados a situações de quase rutura.

Uma parte importante dos recursos gerados nos países são subtraídos em impostos que depois servem de meio de pagamento ao serviço de dívidas, por vezes em situações muito pouco favoráveis.

As regras de regulação das sociedades neste ambiente geram dificuldades extremas a certos segmentos das populações e, posteriormente, levam a um forte desejo de mudança dado o reconhecimento que as soluções disponíveis aos estados não respondem às expectativas das populações. Começam a surgir partidos temáticos (normalmente motivados por serem contra qualquer coisa) que reúnem números impressionantes de votos.

Esta mudança na distribuição do poder político por áreas não tradicionais também são um fator de mudança difícil de prever o resultado, até porque estes movimentos são diferentes de país para país.

O Banco Mundial refere três temas de grande importância a nível mundial, que se pode ver na figura abaixo.



As mudanças climáticas serão alvo de um Plano de Ação para o Clima que inclui objetivos muito ambiciosos, para 2020/2030, com sistemas de alerta precoce para populações em risco (100 milhões de pessoas), forte crescimento da contribuição das energias renováveis e planos de investimento inteligentes na agricultura para mais de 40 países. Por outro lado, está a ser desenvolvido um trabalho intenso para até 2020 ter um preço adequado para os emissores de CO² que abranja cerca de 25% das emissões e que deverá duplicar até 2030.

O problema das populações deslocadas deve ser reconhecido de imediato e no longo prazo por forma a preparar um plano de resposta às necessidades destas populações.

Por outro lado, as pandemias também serão alvo de um instrumento de financiamento de emergência que possibilite uma intervenção nos sistemas de saúde dos países pobres.

Os últimos 20 anos trouxeram um novo tipo de desigualdade ao mundo ocidental: a desigualdade interna.

A boa notícia é que as diferenças entre os níveis de riqueza dos países atenuaram-se.

A nível nacional, os resultados obtidos por uma política menos opressiva e por uma desmobilização de medidas de política que tinham subtraído rendimento disponível a uma importante faixa da população trabalhadora surpreenderam a generalidade das organizações pelos resultados obtidos, de uma forma geral mais favoráveis do que as previsões.

O produto interno bruto (PIB) registou um aumento de 1.4%, menos 0.2% do que no ano anterior, mas mais 0.2% do que a previsão do Banco de Portugal. Mas este crescimento foi acompanhado por um decréscimo do desemprego de 1.2% face ao período homólogo do ano anterior e de um acréscimo do emprego de 1.8%, o que é notável.

A dívida pública direta do Estado aumentou 9,920 milhões de euros, o que é um aumento preocupante. Na realidade, a contabilização do défice exclui um conjunto de movimentos que resultam numa percentagem que tem pouco

significado para a análise da situação real. E o que é real é que a dívida do estado é de 238.826 milhões de euros enquanto o PIB é de 185 milhões de euros.

Esta é a grande fragilidade do país, pois tem pouca capacidade de resistir a riscos externos que se materializem.

Os maiores riscos de médio prazo são políticos. Na Europa, temos um conjunto de eleições onde surgem com grande peso partidos contrários às políticas europeias com grande aceitação popular, como se consubstanciou com o BREXIT. Nos EUA, o discurso da administração Trump é confuso e não permite compreender qual será de facto a política seguida por este grande país nos próximos anos. Certo é que a cada variação na política americana serão desencadeadas ações de reação que trazem uma incerteza muito significativa. Estes movimentos normalmente pressionam mais os países periféricos e sem grande margem de adaptação, como é o caso português.

A configuração da solução política portuguesa arrasta consigo também uma ameaça ao equilíbrio do Estado, pois existe uma permanente exigência de despesa pública por parte dos partidos da esquerda e de menos receita pública por parte dos partidos da direita.

A região autónoma dos Açores apresenta também uma grande fragilidade política, com um desequilíbrio muito grande entre as políticas setoriais e as políticas financeiras.

Na realidade, a permanente política de limite financeiro está a conduzir as contas da região para uma situação de resgate, com uma dívida sempre crescente e com muitos mecanismos de endividamento ativos, através de empresas deficitárias e organismos com autonomia financeira totalmente dependentes do orçamento regional.

A ideia que a economia deve ter uma componente dominante pública que a todos deve apoiar desvia a atenção das empresas privadas que realmente geram riqueza e emprego.

Já ao nível da economia, o produto interno bruto cresceu 2%. Esse crescimento tem muita ligação ao crescimento de 21.1% das dormidas de turistas e do que este crescimento impacta na economia.

O desemprego baixou para 10.4%, com um crescimento líquido de empregos da ordem dos 0.6%.

O gado abatido cresceu 19.4% (16.2 % em São Miguel), o que significa um certo crescimento da fileira da carne.

A construção civil aumentou a sua atividade, o que pode ser indiretamente observado pelo aumento em 7% do consumo do cimento. Este é um setor com muito realce no crescimento do emprego.

Se a economia privada parece estar a recuperar, a economia pública regional parece estar a atravessar dificuldades.

Veja-se a comunicação de défices excessivos de 23 de setembro de 2016:

Unid: milhões de euros	2012	2013	2014	2015
Capacidade (+)/necessidade (-) líquida de financiamento				
- Administração Regional e Local	818,9	288,5	650,5	817,2
<i>Administração Regional da Madeira</i>	- 204,3	83,6	114,6	180,1
<i>Administração Regional dos Açores</i>	- 80,7	- 9,3	- 30,5	- 26,8
<i>Administração Local</i>	1 104,0	214,2	566,4	663,9
Dívida Bruta				
- Administração Regional e Local	10 360,3	10 694,7	11 013,5	10 899,3
<i>Administração Regional da Madeira</i>	4 117,7	4 290,9	4 756,9	4 934,0
<i>Administração Regional dos Açores</i>	1 146,5	1 262,1	1 398,9	1 460,2
<i>Administração Local</i>	5 096,1	5 141,7	4 857,7	4 505,1

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Este crescente endividamento da Região Autónoma dos Açores contrasta com a redução consistente do endividamento municipal.

Esta situação começa a ter um grande impacto principalmente ao nível da grande redução do investimento público e na liquidez da economia, principalmente dos setores mais dependentes de transferências ou da economia pública.

A melhor forma de resolver um problema é assumi-lo, mas parece que ainda não chegamos a esta fase.

Análise Económica e Financeira

Resultados

1. Volume de negócios

O volume de negócios da MUSAMI atingiu 4,797,977 euros, mais 27, 6% do que em 2015.

Total anual	2015	2016	Var (%)
Prestação de Serviços (RSU)	2,343,651 €	2,509,777 €	7.09%
Valorização de embalagem	1,258,444 €	1,916,204 €	52.27%
Valorização de outros resíduos	119,667 €	211,304 €	76.58%
Outras Receitas	39,566 €	160,692 €	306.14%
Total	3,761,329 €	4,797,977 €	27.56%

2. Resíduos sólidos urbanos e equiparados

As sucessivas medidas restritivas dos salários e a redução do número de população empregada traduz-se numa contração do rendimento disponível das famílias com impacto direto na produção de resíduos. Em 2016, já se observa uma melhoria económica, com o crescimento de resíduos particulares em cerca de 20,9%.

Clientes	Toneladas			Vendas (euros)		
	2015	2016	Var (%)	2015	2016	Var (%)
Municípios	63,903	64,991	1.70%	1,758,965 €	1,802,422 €	2.47%
Particulares	13,128	15,867	20.87%	584,686 €	707,355 €	20.98%
Total	77,030	80,859	4.97%	2,343,651 €	2,509,777 €	7.09%

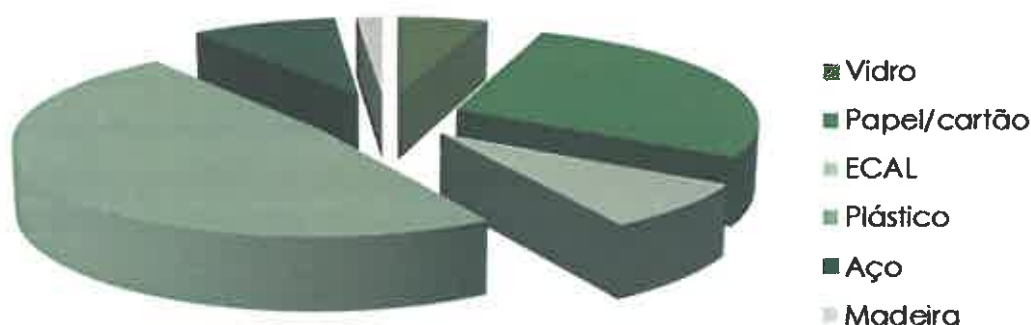
Para o apuramento das quantidades, utilizou-se uma nova metodologia de cálculo, a qual já se aplicou neste relatório e que compatibiliza os dados com os registos do SRIR – Sistema Regional de Informação sobre Resíduos.

3. Valorização de embalagens

A valorização de resíduos de embalagem tem um peso muito importante nas contas da MUSAMI. Os valores exportados registaram um aumento global de 52.27%, principalmente devido à exportação de todas as categorias exceto o

vidro que teve um crescimento mais modesto. Sendo a recolha realizada nos mesmos moldes não se compreende a fraca resposta do vidro.

Materiais	Toneladas			Vendas (euros)		
	2015	2016	Var (%)	2015	2016	Var (%)
Vidro	1,609	1,715	6.59%	83,147 €	104,981 €	26.26%
Papel/cartão	2,280	3,413	49.69%	329,452 €	537,105 €	63.03%
ECAL	129	218	68.99%	131,526 €	154,694 €	17.61%
Plástico	1,009	1,543	52.92%	556,528 €	919,809 €	65.28%
Aço	180	259	43.89%	140,462 €	168,818 €	20.19%
Madeira	145	234	61.38%	17,329 €	30,797 €	77.72%
Total	5,352	7,382	37.93%	1,258,445 €	1,916,204 €	52.27%



4. Valorização de outros resíduos

Foram ainda valorizados outros resíduos recicláveis, apresentando um aumento de 76.58%, ou seja, mais 91,637 €. O papel extra-urbano relativo a 2015 foi faturado apenas em 2016 o que justifica o valor nulo em 2015 neste material. Os resíduos de jardinagem recebidos para valorização foram 6,599 toneladas, que depois de compostados diminuem significativamente de peso.

Material	Toneladas			Vendas (euros)		
	2015	2016	Var (%)	2015	2016	Var (%)
Sucata	61	44	-27.87%	4,879 €	3,889 €	-20.29%
Paletes n.º	1,602	1,174	-26.72%	1,397 €	2,191 €	56.87%
REEE	143	215	50.35%	13,577 €	23,588 €	73.74%
Composto	1,115	1,288	15.52%	99,814 €	94,042 €	-5.78%
Papel extra-urbano	509	297	-41.65%	0 €	87,593 €	-
Total	3,430	3,018	-12.01%	119,667 €	211,304 €	76.58%

5. Estrutura dos Gastos

A Estrutura de Gastos da MUSAMI foi de 4,183,373 euros em 2016, o que corresponde a um acréscimo de 23.22% face a 2015, conforme o quadro abaixo:

Euros	Estrutura dos Gastos		
	2015	2016	Var. (%)
FSE	2,021,984 €	2,295,022 €	13.50%
Gastos com pessoal	461,413 €	515,350 €	11.69%
Amortizações	597,130 €	550,185 €	-7.86%
Provisões/Ajustamentos	233,333 €	700,000 €	200.00%
Outros gastos e perdas	78,532 €	116,071 €	47.80%
Perdas por Imparidade	2,712 €	6,744.21 €	148.68%
Total	3,395,104 €	4,183,373 €	23.22%

6. Resultados

O resultado Líquido da MUSAMI foi de 396,132 euros em 2016, conforme o quadro abaixo:

Resultados	2015	2016	Var. (%)
Operacionais	427,071 €	634,640 €	48.60%
Antes de impostos	427,071 €	634,640 €	48.60%
Líquidos	308,239 €	396,132 €	28.51%

7. Investimento

O investimento global a 31 de dezembro de 2016 é de 7,544,003 euros, desagregando-se conforme o quadro abaixo:

Designação	31.12.2015	Variação	Reclassificação	31.12.2016
Ativos Intangíveis	640,140 €	-212,449 €	-	427,691 €
Ativos Fixos Tangíveis	4,792,931 €	1,387,947 €	935,433 €	7,116,312 €
Total	5,433,071 €	1,175,498 €	935,433 €	7,544,003 €

Aqui, destacamos a conclusão da empreitada de expansão da célula 2 do aterro sanitário bem como da empreitada de conceção e construção de um

sistema de lixiviados por osmose inversa, o que levou a uma reclassificação para ativo fixo tangível.

O investimento efetuado no ano foi de 1,175 milhares de euros.

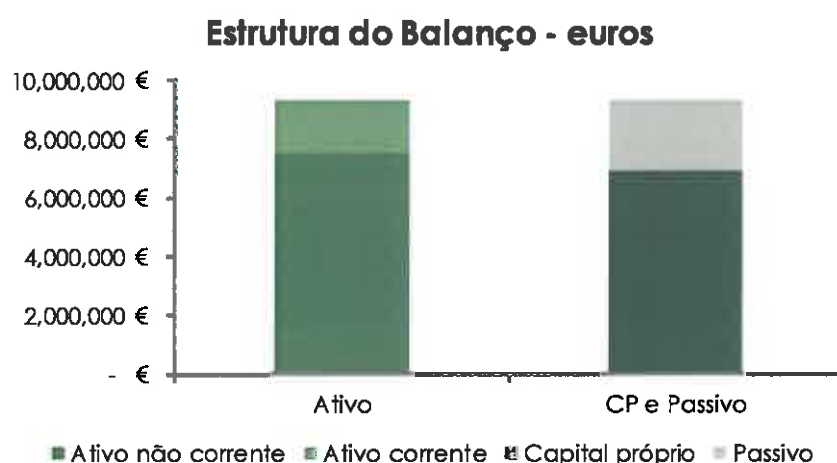
8. Balanço

O balanço da MUSAMI apresenta uma estrutura pouco tradicional, pois a dimensão dos capitais próprios é muito expressiva. Por sua vez, o aumento de capital prepara o ciclo de investimento que se irá assistir nos próximos exercícios.

O ativo não corrente é essencialmente composto por ativos fixos tangíveis que representam a estrutura produtiva da MUSAMI e o terreno onde será desenvolvido o próximo projeto.

No ativo corrente, destaca-se a conta de caixa e depósitos bancários.

O capital próprio atinge assim, neste exercício, o valor de 6,924,123 euros.



9. Recebimentos de clientes

No final de 2016, a dívida de clientes atingiu 868,218 euros, mais 49.63% do que em 2015. Este aumento deve-se essencialmente ao aumento das dívidas de empresas e particulares ainda fruto de um reajustamento que conduziu diversas empresas a programas de recuperação com paralisação de pagamentos.

Consequentemente, o prazo médio de recebimentos aumentou para cerca de 80 dias, enquanto em 2015 era de 56 dias.

Dívida Clientes	2015	2016	Var (€)	Var (%)
Dívida total de clientes	580,260 €	868,218 €	287,958 €	49.63%
Dívida total de Municípios	123,290 €	249,733 €	126,443 €	102.56%
Dívida vencida de clientes:	265,997 €	367,973 €	101,976 €	38.34%
- Municípios	107,829 €	199,466 €	91,637 €	84.98%
- Empresas	31,717 €	83,068 €	51,351 €	161.90%
- Retomadores	123,538 €	81,857 €	-41,681 €	-33.74%
- Particulares	2,913 €	3,581 €	668 €	22.94%

10. Indicadores de Qualidade de Serviço de Gestão de Resíduos

A ERSARA elaborou um indicador de qualidade que obtém neste aspeto uma classificação de bom.

Sustentabilidade económica							
Código	Denom.	Fórmula	Dados	2015	2016	Valores Ref.	Código
ERSARA_R09	Cobertura dos gastos totais	R09=dR30/dR31, rácio entre os rendimentos e ganhos totais e os gastos totais.	dR30 = Rendimentos e ganhos totais (€/ano)	1.09	1.09	Boa	[1,0; 1,1]
						Mediana	[0,9; 1,0[ou [1,1; 1,2]
						Insatisfatória	[0; 0,9[ou [1,2; +∞[

11. Endividamento

A MUSAMI não possui endividamento bancário.

Atividade operacional

Receção de resíduos

Durante o ano de 2016 entraram nas instalações da MUSAMI 80,859 toneladas de resíduos. De notar que o grande aumento foi destinado a recolhas seletivas que representa um trabalho articulado entre as Câmaras Municipais e a Musami que deu bons resultados.

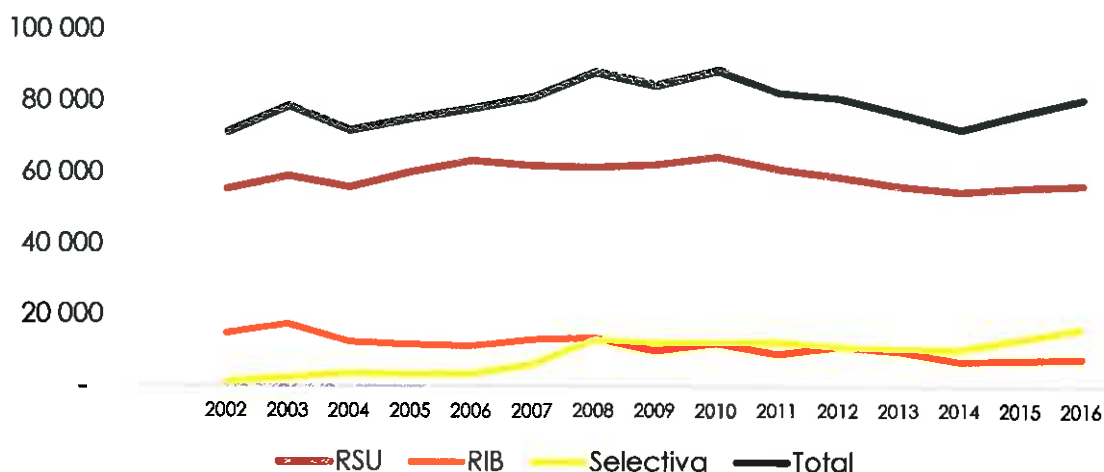
Resíduos	2015	2016	Var (und)	Var (%)
Resíduos Sólidos Urbanos	55,477	56,187	709	1.28%
Resíduos Industriais	7,800	8,247	447	5.73%
Origem seletiva	13,753	16,425	2,672	19.43%
Total	77,030	80,859	3,828	4.97%

Unidade: toneladas, %

RSU e equiparados

Os resíduos sólidos urbanos e equiparados têm vindo sucessivamente a descer desde 2010, ano em que atingiram o valor máximo. Contudo, este ano deu-se uma inversão verificando-se um aumento, significativo.

Resíduos geridos em toneladas por tipo de resíduo



A recolha seletiva tem tido uma evolução muito significativa, principalmente se atendermos ao seu crescente peso no total dos resíduos geridos.

Tratamento e valorização

O tratamento e valorização de resíduos tem vindo a crescer muito significativamente, por vários motivos que se prendem com a maior gama de resíduos valorizados e por um tratamento mais eficiente com geração de menor quantidade de refugos.

1. Resíduos urbanos biodegradáveis

A valorização de resíduos urbanos biodegradáveis cresceu 20.27% relativamente ao ano anterior.

Toneladas	Variação de RUB		
	2015	2016	Var (%)
RUB valorizados organicamente	5,487	6,599	20.27%
Compostagem de verdes	5,487	6,599	20.27%
Compostagem doméstica	0	0	0.00%
RUB valorizados por reciclagem	2,805	3,555	26.74%
Recolha seletiva de papel, cartão, ECAL	2,760	3,516	27.39%
Reutilização paletes de madeira	45	39	-13.33%
Total	8,292	10,154	22.46%

A taxa de desvio de RUB de aterro atingiu 45.31%, valor inferior aos 50% que constitui a meta PEPGRA para 2020, mas já muito próxima.

2. Valorização de resíduos urbanos

Os resíduos urbanos reciclados e valorizados atingiram 36,6 % dos resíduos urbanos valorizáveis e recicláveis. Este valor terá de atingir 50% em 2020. Para tal, está a ser delineado um plano de ação com um conjunto de medidas em parceria com os municípios para obter este resultado.

Toneladas	Variação de RUB		
	2015	2016	Var (%)
Resíduos valorizados	13,753	16,418	19.38%
Resíduos domésticos valorizáveis	29,065	28,447	-2.13%
Taxa de reciclagem e valorização	32.12%	36.59%	13.93%

O crescimento da economia e do emprego permitiu melhorar os índices de recolha seletiva ao ponto de sustentar os resultados obtidos no ano anterior com uma margem muito significativa. Tal é pouco comum porque, evidentemente, este sistema baseia-se na contribuição voluntária das populações que depende de muitos fatores alheios à permanente sensibilização que desenvolvemos.

A compostagem tem dado um contributo essencial na valorização de resíduos orgânicos, pelo que tem sido alvo de investimentos para melhorar a disponibilidade do produto e a gestão do modo de produção.

Monitorização

1. Monitorização ambiental

No âmbito da monitorização ambiental procedeu-se em 2016 ao controlo dos lixiviados do aterro, emissões gasosas, controlo de enchimento e de assentamentos dos aterros, de acordo com a legislação em vigor e documentos de referencia, nomeadamente as licenças ambientais e de exploração de aterros.

2. Caracterização de resíduos

Na área da caracterização de resíduos foram desenvolvidas duas campanhas de caraterização definidas na legislação, programadas para dois períodos distintos, - época húmida e época seca – nos meses de março e outubro.

3. Certificação

A MUSAMI possui o seu sistema de gestão integrado (Qualidade, Ambiente e Saúde e Segurança no trabalho) certificado pelos referenciais ISO9001:2008, ISO140001:2012 e OHSAS18001:2007/NP 4397:2008, pela APECER, uma entidade certificadora independente acreditada.



A implementação dos requisitos dos três referenciais permitiram-nos percorrer todos os processos da organização contribuindo uma melhoria/simplificação de diversas operações/processos e sistematização dos suportes de informação e registo.

Comunicação e imagem

Em 2016, a MUSAMI deu continuidade ao Programa Contacto ao garantir o transporte à população estudantil de todas as escolas da sua área de intervenção para visitar as instalações de tratamento de resíduos.

A MUSAMI desenvolveu ainda diversas ações de sensibilização em empresas, dirigida a funcionários, assente sempre na melhoria das práticas de gestão de resíduos, chegando a 667 colaboradores.

A MUSAMI participou ainda em diversos eventos desenvolvidos por autarquias, por estabelecimentos de ensino, por centros de promoção ambiental e associações.



No âmbito do Dia Mundial do Ambiente, a MUSAMI lançou o concurso **“O Ambiente é a nossa Casa”** que teve como objetivo a sensibilização dos alunos do 1º ciclo para a proteção do meio ambiente, sua valorização e tomada de consciência ambiental.

A MUSAMI á semelhança de anos anteriores realizou várias atividades alusivas á



Semana da Prevenção de Resíduos, uma delas foi o Lançamento do Concurso: **“Quem separa mais?”**. O concurso foi lançado nas escolas dos ciclos 2,3/ Secundário. Com este concurso conseguimos envolver e sensibilizar 8 360 alunos.

Também foram realizadas **Sessões de sensibilização e Visitas de Estudo** ao Ecoparque alusivas à respetiva semana.

A comunicação da MUSAMI tem sido forte no contacto direto com a restauração – porta a porta inclusivamente - e discreta nos meios de comunicação, que nos parecem menos eficazes na passagem de uma mensagem ambiental positiva.

Responsabilidade social

Ao nível da responsabilidade social entregamos diversos apoios de diversas formas a entidades de interesse público, da Polícia de Segurança Pública.

A MUSAMI também participou na Feira da Saúde organizada pela Escola Secundária da Ribeira Grande, inculcando assim a Eco cidadania na população estudantil.

Em relação, ao Banco Alimentar demos continuidade ao apoio concedido no ano anterior.

A MUSAMI procedeu à entrega de mais de duas toneladas de produtos hortícolas a instituições particulares de solidariedade social que confeccionam refeições a famílias carenciadas e que estão a atravessar graves dificuldades económicas.

Perspetivas para o Futuro

Em 2017 a MUSAMI continuará com o tratamento de resíduos em alta. Iniciar-se-ão os trabalhos da empreitada de Conceção, Construção e fornecimento de uma nova central automatizada com capacidade para tratar 2,5 toneladas por hora de resíduos de embalagem.

Vai ser lançado o concurso para a construção da selagem da 1ª célula do Aterro Sanitário, com valor estimado de 2,600,000 €.

Considerando o elevado custo desta empreitada e prevendo-se que a sua conclusão só acontecerá no ano 2018, desde o ano 2013 foi constituída provisão para fazer face a este encargo.

Vai ainda ser adjudicado o mais importante concurso do novo ecoparque – a fábrica de valorização energética de resíduos e as instalações de pré tratamento assessorias.

O ano vai, assim, ser marcado pelo lançamento e adjudicação de todos os concursos de construção das instalações do novo Ecoparque, que pretende colocar a ilha de São Miguel no primeiro plano de qualidade ambiental do tratamento de resíduos.

Considerações finais

Deseja o Conselho de Administração da MUSAMI, EIM, S.A. expressar o seu profundo reconhecimento:

- Aos Municípios da ilha de São Miguel pelo empenho e colaboração prestados, bem como pela exemplar articulação de ações com a MUSAMI;
- Á AMISM pelo suporte prestado;
- Ao revisor oficial de Contas e aos Auditores Independentes, pela forma como acompanham a atividade da empresa;
- A todos os clientes individuais e empresariais que nos ajudam, com a sua exigência, a melhorar sempre;
- A todos os trabalhadores e a todos os que connosco trabalham quer através da prestação de serviços quer através de trabalho direto em estágios ou em trabalhos ocasionais, que com empenho e capacidade contribuem para a otimização operacional da empresa.

Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício de 2016, no valor de 396,132 €, tenha a seguinte aplicação:

Aplicação de resultados	2016
Reserva Legal	19,807 €
Distribuição de dividendos	150,000 €
Resultados transitados	226,326 €
Total	396,132 €

Anexo: Demonstrações financeiras

Balanco

Euros

RUBRICAS	NOTAS	31 Dez 2016	31 Dez 2015
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	7	7,116,311.61	4,792,930.36
Activos intangíveis	8	427,691.25	640,140.01
Outros investimentos financeiros	9	1,631.88	904.26
Activos por impostos diferidos			
		7,545,634.74	5,433,974.63
Activo corrente			
Inventários			
Clientes	10	858,668.25	576,107.54
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos	11	22,481.63	216,679.30
Accionistas			
Outros créditos a receber	12	270,114.54	222,511.76
Diferimentos	13	14,591.66	10,429.32
Caixa e depósitos bancários	14	586,600.96	1,570,160.38
		1,752,457.04	2,595,888.30
Total do activo		9,298,091.78	8,029,862.93
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	15	6,300,000.00	6,300,000.00
Acções (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais	16	35,163.21	19,751.26
Outras reservas	16		
Resultados transitados	17	192,827.06	100,000.00
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos / Outras variações no capital próprio			
		6,527,990.27	6,419,751.26
Resultado líquido do período		396,132.25	308,239.01
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		6,924,122.52	6,727,990.27
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	18	1,400,000.00	700,000.00
Financiamentos obtidos			
Passivos por impostos diferidos			
Outras dívidas a pagar			
		1,400,000.00	700,000.00
Passivo corrente			
Fornecedores	20	583,672.58	361,598.75
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	11	190,497.13	38,738.37
Accionistas			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar	19	199,799.55	201,535.54
Diferimentos			
		973,969.26	601,872.66
Total do passivo		2,373,969.26	1,301,872.66
Total do capital próprio e do passivo		9,298,091.78	8,029,862.93

O Contabilista Certificado

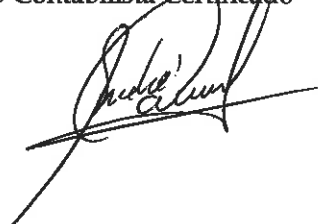
O Conselho de Administra

Demonstração dos Resultados

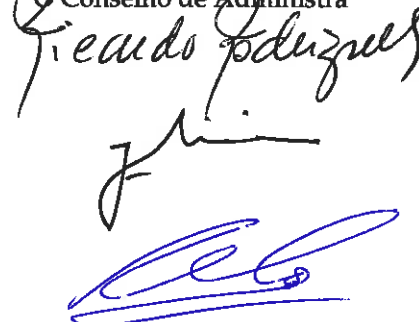
Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Vendas e serviços prestados	21	4,797,976.76	3,761,329.37
Subsídios à exploração	22	6,219.67	11,590.00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreend.conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	23	-2,295,021.69	-2,021,983.55
Gastos com o pessoal	24	-515,350.35	-461,413.04
Imparidade de inventários (perdas / reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	25	-5,396.53	-2,379.34
Provisões (aumentos / reduções)	18	-700,000.00	-233,333.34
Imparidade de investimentos não depreciables / amortizáveis (perdas / reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	26	12,469.40	48,923.04
Outros gastos	27	-116,071.44	-78,532.17
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1,184,825.82	1,024,200.97
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	28	-550,185.48	-597,130.37
Imparidade de investimentos depreciables / amortizáveis (perdas / reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		634,640.34	427,070.60
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		634,640.34	427,070.60
Imposto sobre o rendimento do período	11	-238,508.09	-118,831.59
Resultado líquido do período		396,132.25	308,239.01

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração

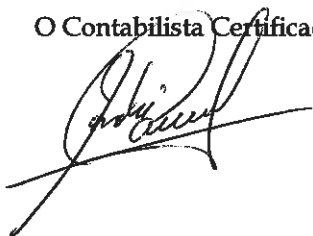


Demonstração das Alterações do Capital Próprio

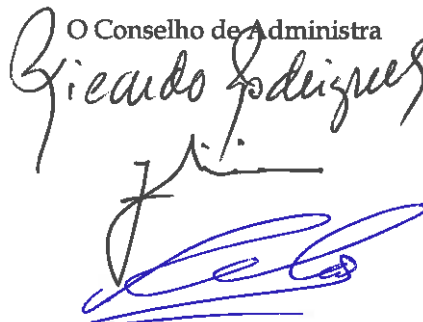
Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe							Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
Posição no início de 2015	1	4,225,000.00	65,584.01	27,248.50	391,312.03			395,021.72	5,104,166.26
Primeira adopção de novo referencial contabilístico									
Saldo inicial reexpresso		4,225,000.00	65,584.01	27,248.50	391,312.03			395,021.72	5,104,166.26
Alterações no Período									
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	16, 17		19,751.26		375,270.46			-395,021.72	
	2		19,751.26		375,270.46			-395,021.72	
Resultado Líquido do Período	3							306,239.01	306,239.01
Resultado Integral	4 = 2+3							-86,782.71	306,239.01
Operações com Detentores de Capital no Período									
Realizações de capital	15, 16, 17	2,075,000.00	-65,584.01	-27,248.50	-666,582.49				1,315,585.00
	5	2,075,000.00	-65,584.01	-27,248.50	-666,582.49				1,315,585.00
Posição no fim de 2015	6 = 1+2+3+5	6,300,000.00	19,751.26		100,000.00			306,239.01	6,727,990.27
Posição no início de 2016	6	6,300,000.00	19,751.26		100,000.00			306,239.01	6,727,990.27
Alterações no Período									
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	16, 17		15,411.95		192,827.06			-208,239.01	
	7		15,411.95		192,827.06			-208,239.01	
Resultado Líquido do Período	8							396,132.25	396,132.25
Resultado Integral	9 = 7+8							187,893.24	396,132.25
Operações com Detentores de Capital no Período									
Realizações de capital									
Realizações de prémios de emissão									
Distribuições	17				-100,000.00			-100,000.00	-200,000.00
	10				-100,000.00			-100,000.00	-200,000.00
Posição no fim de 2016	10 = 6+7+8+10	6,300,000.00	35,163.21		192,827.06			396,132.25	6,924,122.52

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Demonstração dos Fluxos de Caixa

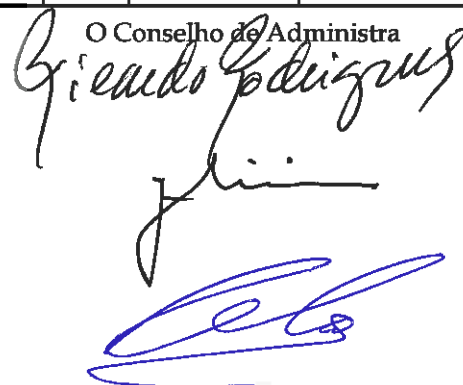
Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31 Dez 2016	31 Dez 2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimento de clientes		4,460,126.00	3,777,777.07
Pagamentos a fornecedores		-1,973,611.10	-2,119,004.40
Pagamentos ao pessoal		-536,863.05	-450,226.89
Caixa gerada pelas operações		1,949,651.85	1,208,545.78
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		-86,497.59	-126,420.74
Outros recebimentos / pagamentos		76,787.69	-6,531.95
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		1,939,941.95	1,075,593.09
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-2,663,429.01	-1,560,970.81
Activos intangíveis		-105,768.00	-367,143.34
Investimentos financeiros		-727.62	-582.29
Outros activos			
		-2,769,924.63	-1,928,696.44
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		6,423.26	24,539.73
Dividendos			
		6,423.26	24,539.73
Fluxo de caixa das actividades de investimento (2)		-2,763,501.37	-1,904,156.71
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			1,315,585.00
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
		0.00	1,315,585.00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos		-160,000.00	-85,640.00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
		-160,000.00	-85,640.00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-160,000.00	1,229,945.00
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-983,559.42	401,381.38
Efeito das diferenças de câmbio		0.00	0.00
Caixa e seus equivalentes no início do período		1,570,160.38	1,168,779.00
Caixa e seus equivalentes no fim do período	14	586,600.96	1,570,160.38

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administra



ANEXO

O presente documento constitui uma compilação das divulgações exigidas, na sequência dos procedimentos contidos nas NCRF.

1. Identificação da Entidade e período de relato**1.1. Designação da entidade**

“MUSAMI – Operações Municipais do Ambiente, E.I.M., S.A.”, adiante designada por “MUSAMI”.

1.2. Sede

Rua Eng.º Arantes de Oliveira, nº 15 B, 9600-228 Ribeira Grande.

1.3. Natureza da atividade

A “MUSAMI – Operações Municipais do Ambiente, E.I.M., S.A.”, é uma empresa intermunicipal constituída a 19 de Dezembro de 2006, tendo como objeto social o desenvolvimento, implementação, construção, gestão e exploração de sistemas de limpeza pública e de recolha e tratamento de resíduos sólidos, de qualidade do ar, de desenvolvimento e inovação empresarial e de requalificação ambiental. Acessoriamente, a MUSAMI poderá exercer outras atividades relacionadas com o seu objeto. A “MUSAMI” assumiu a totalidade da gestão do Parque de Resíduos e Aterro da Ilha de São Miguel a partir de Janeiro de 2013.

1.4. Designação da Entidade – Mãe:

“AMISM – Associação de Municípios da Ilha de São Miguel”

1.5. Sede da Entidade – Mãe:

Rua Eng.º Arantes de Oliveira, nº. 15 B, 9600-228 Ribeira Grande.

1.6. Período de relato:

O período de relato é de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro do ano de 2016.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**2.1. Referencial Contabilístico**

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas as normas e o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adoptadas pela União Europeia (EU). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Adoção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória

Não aplicável ao período de relato.

4. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem.

4.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

4.2. Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

4.3. Pressupostos da especialização do Exercício

A MUSAMI regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças temporárias entre os montantes financeiros e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos” (Nota 12 e 19).

4.4. Ativos fixos tangíveis

Todos os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Rúbricas	Anos de vida útil
Edifícios e Outras Construções	10-20
Equipamento Básico	4-14
Equipamento de Transporte	4-5
Equipamento Administrativo	3-8
Projetos de Desenvolvimento	3
Programas de Computador	3

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”, consoante se trate de mais ou menos valias.

4.5. Ativos intangíveis

Todos os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. A taxa de amortização utilizada corresponde ao período de vida útil estimada de 3 anos.

Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os dispêndios com desenvolvimento para as quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e relativamente aos quais seja provável que o ativo venha a gerar benefícios económicos

futuros, são capitalizados. Os dispêndios com pesquisa e desenvolvimento que não cumpram os critérios atrás referidos são registados como gastos no período em que são incorridos.

4.6. Imparidade de ativos

A MUSAMI avalia, à data do balanço, a existência de algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis" ou "Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis". A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efectuada uma nova avaliação da imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

Nos ativos fixos tangíveis registados de acordo com o modelo de revalorização, qualquer perda por imparidade é reconhecida como uma diminuição ao excedente de revalorização.

4.7. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do ano compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com situações que sejam reconhecidas directamente nos capitais próprios.

O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais. Os impostos diferidos respeitam às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto conhecida à data do relato financeiro e que se estima que será aplicável na data da sua realização ou do seu pagamento.

4.8. Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da empresa. A MUSAMI reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável a obtenção de benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos das vendas e da prestação de serviços são reconhecidos na data efetiva das mesmas.



Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

4.9. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social e outros regimes de proteção social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

5. Fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, “caixa e seus equivalentes” inclui numerário, depósitos à ordem e depósitos a prazo. À data de relato financeiro não existem saldos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso. A quantia escriturada e movimentos do período de caixa e seus equivalentes decompõem-se conforme se apresenta:

31 de Dezembro de 2015

Rúbricas	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa				
Depósitos à ordem	568,779.00	11,879,463.37	11,778,081.99	670,160.38
Depósitos à prazo	600,000.00	5,550,000.00	5,250,000.00	900,000.00
Total Caixa e Depósitos Bancários	1,168,779.00	17,429,463.37	17,028,081.99	1,570,160.38

31 de Dezembro de 2016

Rúbricas	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa		11,707.24	11,707.24	
Depósitos à ordem	670,160.38	7,138,260.55	7,221,819.97	586,600.96
Depósitos à prazo	900,000.00	1,350,000.00	2,250,000.00	
Total Caixa e Depósitos Bancários	1,570,160.38	8,499,967.79	9,483,527.21	586,600.96

Esta rubrica inclui caixa e depósitos à ordem em bancos.

6. Partes Relacionadas

6.1. Relacionamento com a entidade-mãe:

A MUSAMI tem como entidade-mãe “AMISM – Associação de Municípios da Ilha de São Miguel”, a qual é detentora da totalidade do capital social. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, registaram-se as seguintes transações com partes relacionadas:

6.1.1. Remunerações do Pessoal Chave de Gestão:

Não existiram remunerações ao pessoal chave de gestão (órgãos sociais).

6.1.2. Transações e saldos pendentes:

A “MUSAMI” registou os seguintes transações e saldos com a entidade-mãe nos exercícios findos de 31 de Dezembro de 2016 e de 2015:

Transacções	31-Dez-16	31-Dez-15
Entidade Mãe - AMISM		
Vendas		
Prestação de serviços	7,646.40	7,646.40
Compras de bens e serviços	22,656.00	832,496.30

Saldos	31-Dez-16	31-Dez-15
Entidade Mãe - AMISM		
Contas a receber		1,274.40
Contas a pagar	502.00	20,337.06
Entidade Mãe - AMISM		
Empréstimos concedidos		
Empréstimos obtidos		
Resultados distribuídos	200,000.00	
Realizações de capital		2,075,000.00

O valor em contas a receber e a pagar, referem-se, respetivamente às rubricas de “Clientes”, de “Fornecedores” e de “Outras dívidas a pagar”, conforme descrito nas notas 10, 19 e 20. Os valores indicados em “resultados distribuídos” resultam da aplicação de resultados dos anos de 2014 e 2015 (nota 17). O valor em “realizações de capital” resulta do aumento de capital realizado no ano de 2015 (nota 15), integralmente realizado pela AMISM.

7. Ativos fixos tangíveis

A rubrica “Ativos fixos tangíveis” apresentava a seguinte composição em 31 de Dezembro do ano de 2016 e de 2015:

31 de Dezembro de 2015

Rúbricas	Saldo em 01-Jan-15	Aquisições / Dotações	Alienação es	Transferências / Abates	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-15	Valor Líquido
Custo:							
Terrenos e Recursos Naturais	2,470,121.83					2,470,121.83	2,470,121.83
Edifícios e outras construções	809,953.68	181,249.33				991,203.01	234,513.34
Equipamento básico	667,972.10	120,078.41				788,050.51	580,206.91
Equipamento de transporte	221,913.18	13,843.21				235,756.39	144,304.36
Equipamento administrativo	30,448.90	8,158.45				38,607.35	18,211.47
Outros activos fixos tangíveis	1,064.29					1,064.29	
Investimentos em curso		1,345,572.45				1,345,572.45	1,345,572.45
	4,201,473.98	1,668,901.85				5,870,375.83	4,792,930.36
Depreciações acumuladas							
Edifícios e outras construções	529,956.60	226,733.07				756,689.67	
Equipamento básico	100,112.25	107,731.35				207,843.60	
Equipamento de transporte	40,836.33	50,615.70				91,452.03	
Equipamento administrativo	14,427.76	5,968.12				20,395.88	
Outros activos fixos tangíveis	1,064.29					1,064.29	
	686,397.23	391,048.24				1,077,445.47	

31 de Dezembro de 2016

Rubricas	Saldo em 01-Jan-16	Aquisições / Dotações	Alienacões	Transferências / Abates	Revaluações	Saldo em 31-Dec-16	Valor Líquido
Custo:							
Terrenos e Recursos Naturais	2,470,121.83					2,470,121.83	2,470,121.83
Edifícios e outras construções	991,203.01	961,127.12				1,952,330.13	1,131,474.79
Equipamento básico	788,050.51	11,234.36				799,284.87	482,870.25
Equipamento de transporte	235,756.39	19,183.48				254,939.87	111,784.43
Equipamento administrativo	38,607.35	14,961.39				53,568.74	25,496.24
Outros activos fixos tangíveis	1,064.29					1,064.29	
Investimentos em curso	1,345,572.45	1,548,991.62				2,894,564.07	2,894,564.07
	5,870,375.83	2,555,497.97				8,425,873.80	7,116,311.61
Depreciações acumuladas							
Edifícios e outras construções	756,689.67	64,326.50		-160.83		820,855.34	
Equipamento básico	207,843.60	108,571.02				316,414.62	
Equipamento de transporte	91,452.03	51,703.41				143,155.44	
Equipamento administrativo	20,395.88	7,676.62				28,072.50	
Outros activos fixos tangíveis	1,064.29					1,064.29	
	1,077,445.47	232,277.55		-160.83		1,309,562.19	

8. Ativos intangíveis

A rubrica "Ativos intangíveis" apresentava a seguinte composição em 31 de Dezembro do ano de 2016 e de 2015:

31 de Dezembro de 2015

Rubricas	Saldo em 01-Jan-15	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por imparidade	Saldo em 31-Dec-15	Valor Líquido
Custo							
Projectos de desenvolvimento							
Software	4,794.40					4,794.40	394.45
Propriedade industrial							
Projectos de Desenvolvimento	523,995.41	367,143.34				891,138.75	639,745.56
	528,789.81	367,143.34				895,933.15	640,140.01
Depreciações Acumuladas							
Projectos de desenvolvimento							
Software	3,273.09	1,126.86				4,399.95	
Projectos de desenvolvimento	46,437.92	204,955.27				251,393.19	
	49,711.01	206,082.13				255,793.14	

31 de Dezembro de 2016

Rubricas	Saldo em 01-Jan-16	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por imparidade	Saldo em 31-Dec-16	Valor Líquido
Custo							
Projectos de desenvolvimento							
Software	4,794.40	972.00				5,766.40	813.44
Propriedade industrial							
Projectos de Desenvolvimento	891,138.75	104,796.00				995,934.75	426,877.81
	895,933.15	105,768.00				1,001,701.15	427,691.25
Depreciações Acumuladas							
Projectos de desenvolvimento							
Software	4,399.95	552.98				4,952.96	
Propriedade industrial							
Projectos de Desenvolvimento	251,393.19	317,354.95		308.80		569,056.94	
	255,793.14	317,907.93		308.80		574,009.90	

9. Outros investimentos financeiros

Esta rubrica apresentava um saldo em 31 de Dezembro de 2016 no valor de 1.631,88€ decorrente da aplicação das entregas mensais para o Fundo de compensação do Trabalho para os novos contratos a partir de Outubro de 2013, pelo que a Comissão de Normalização Contabilística entende que estas entregas efetuadas pela entidade empregadora, devem ser reconhecidas como um ativo financeiro dessa entidade, mensurado pelo justo valor, com as respetivas variações reconhecidas em resultados, considerando-se que o valor das unidades de participação divulgado pela entidade gestora do fundo poderá ser um referencial prático para o efeito.

Rúbricas	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fundo de Compensação do Trabalho	1,631.88		904.26	
Outros	1,631.88		904.26	
Perdas por imparidade acumuladas	1,631.88		904.26	

10. Clientes

A conta de clientes apresentava os seguintes saldos em 31 de Dezembro do ano de 2016 e de 2015:

Rúbricas	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes				
Clientes conta corrente		853,201.12		574,892.78
Clientes conta títulos a receber				
Clientes factoring		15,016.39		5,367.49
Clientes de cobrança duvidosa		868,217.51		580,260.27
Perdas por imparidade acumuladas		-9,549.26		-4,152.73
		858,668.25		576,107.54

Rúbricas	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Clientes gerais	Grupo / relacionados	Clientes gerais	Grupo / relacionados
Clientes				
Clientes conta corrente	853,201.12		573,618.38	1,274.40
Clientes conta títulos a receber				
Clientes factoring	15,016.39		5,367.49	
Clientes de cobrança duvidosa	868,217.51		578,985.87	1,274.40

A conta de clientes apresentava a seguinte antiguidade de saldos por receber em 31 de Dezembro do ano de 2016:

Rúbricas	0-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	> 90 dias	Total
Clientes conta corrente	618,360.50	40,130.79	5,288.55	189,421.28	853,201.12
Clientes outros				15,016.39	15,016.39
	618,360.50	40,130.79	5,288.55	204,437.67	868,217.51

11. Estado e outros Entes Públicos

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 16.80% sobre a matéria coletável. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 Dezembro de 2016. Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos são reportáveis durante um período de 12 anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

Rúbricas	31-Dez-16	31-Dez-15
Activo		
Imposto s/ rend. pessoas colectivas (IRC)		19,666.37
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	22,481.63	197,012.93
Outros impostos e taxas		
	22,481.63	216,679.30
Passivo		
Imposto s/ rend. das pess. colectivas (IRC)	135,967.43	
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		
Imposto s/ rend. pessoas singulares (IRS)	44,664.48	27,440.75
Segurança Social	9,865.22	11,297.62
Outros impostos e taxas		
	190,497.13	38,738.37

Rúbricas	31-Dez-16	31-Dez-15
Imposto sobre o Rendimento		
Imposto Corrente	238,508.09	118,831.59
Imposto Diferido		
Outros impostos e taxas		
	238,508.09	118,831.59

No exercício de 2016, apurou-se imposto a pagar (IRC) no valor de 135.967,43€. No exercício de 2015, o apuramento do IRC originou reporte a favor da empresa, no valor de 19.666,37 €.

12. Outros créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, a rubrica “Outras contas a receber” tinha a seguinte composição:

Rúbricas	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal				
Acréscimos de rendimentos		270,114.54		221,554.63
Outros devedores				957.13
		270,114.54		222,511.76
Perdas por imparidade acumuladas				
		270,114.54		222,511.76

13. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, a rubrica “Diferimentos” tinha a seguinte composição:

Rúbricas	31-Dez-16	31-Dez-15
Diferimentos (Activo)		
Valores a facturar		
Seguros pagos antecipadamente	12,796.33	9,454.32
Juros a pagar		
Outros gastos a reconhecer	1,795.33	975.00
	14,591.66	10,429.32

14. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

Rúbricas	31-Dez-16	31-Dez-15
Caixa		
Depósitos à ordem	586,600.96	670,160.38
Depósitos à prazo		900,000.00
Outras		
	586,600.96	1,570,160.38

15. Capital subscrito

Em 31 de Dezembro de 2016 o capital social encontrava-se integralmente realizado.

Accionistas	% Cap. Subsc.	Cap. Soc. Subsc.	Cap. Soc. Realizado	% Cap. Soc. Realiz.	Cap.Soc. por Realizar
Associação Municípios Ilha de São Miguel	100.00%	6,300,000.00	6,300,000.00	100.00%	

No ano de 2015, foi deliberada em Assembleia Geral de 27 de Abril, a aprovação de operação de aumento do capital social da “MUSAMI” de 4.900.000,00€ para 6.300.000,00€, a qual foi integralmente subscrita e realizada pelo acionista “AMISM - Associação de Municípios da Ilha de São Miguel”.

16. Reservas

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica “Reservas”, apresentava a seguinte variação:

Rúbricas	Reservas Legais	Reservas de Investimento	Outras Reservas
Saldo inicial	65,584.01	1,071.29	26,177.21
Aumentos	19,751.26		
Diminuições	65,584.01	1,071.29	26,177.21
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	19,751.26		
Aumentos	15,411.95		
Diminuições			
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	35,163.21		

Os aumentos registados resultaram da aplicação de resultados do exercício de 2015, conforme Assembleia Geral de 27 de Abril de 2016. As diminuições registadas resultam da realização do aumento de capital social, conforme indicado na nota anterior.

17. Resultados Transitados

A rubrica de “Resultados Transitados” apresenta a seguinte evolução:

Rúbricas	
Saldo a 01-Jan-15	391,312.03
Alterações no período	
1. Primeira adopção novo ref. contabilístico	
2. Realização de Capital Social	-666,582.66
3. Aplicação de resultados 2014	375,270.63
Saldo em 31-Dez-15	100,000.00
Alterações no período	
1. Primeira adopção novo ref. contabilístico	
2. Realização de Capital Social	
3. Aplicação de resultados 2015	192,827.06
4. Distribuição de resultados	-100,000.00
Saldo em 31-Dez-16	192,827.06

Os aumentos registados resultaram da aplicação de resultados do exercício de 2015, conforme deliberados em Assembleia Geral de 27 de Abril de 2016. Foi realizada no exercício de 2016 uma distribuição de resultados transitados referentes ao ano de 2014, no valor de cem mil euros. De igual modo, foi aprovada a distribuição de resultados no valor de cem mil euros, relativamente ao resultado líquido obtido no ano de 2015, conforme deliberação da Assembleia Geral.

18. Provisões

No exercício de 2016, foi efetuado reforço de provisão no valor de 700,000.00 €. A constituição desta provisão iniciou-se no exercício de 2013, tendo sido anualmente reforçada. No exercício de 2016, foi revisto o gasto estimado com a selagem da 1ª célula do Aterro Sanitário da Ilha de São Miguel, para o valor total de 2,600,000.00€. Prevê-se a conclusão destes trabalhos de selagem da célula do Aterro Sanitário no ano de 2018.

Provisões	31-Dez-16	31-Dez-15
Saldo a 1 de Janeiro	700,000.00	466,666.66
Aumento	700,000.00	233,333.34
Reversão		
Regularizações		
Saldo a 31 de Dezembro	1,400,000.00	700,000.00

19. Outras dividas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, a rubrica “Outras contas a pagar” tinha a seguinte composição:

Rúbricas	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Outras dividas a pagar				
Férias e Subs. Férias		50,160.60		47,982.04
Encargos		11,913.14		11,395.73
Outros acréscimos de gastos		102,254.91		106,686.85
Cauções		34,968.90		34,968.90
Outros devedores e credores		502.00		502.02
Ajustamentos em Subsídios ao Investimento				
		199,799.55		201,535.54

O valor registado na rubrica “Outros devedores e credores” para os anos de 2015 e de 2016 refere-se à AMISM.

20. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, a rubrica “Fornecedores” tinha a seguinte composição:

Rúbricas	31-Dez-16	31-Dez-15
Fornecedores conta corrente	583,672.58	361,598.75
Fornecedores outros		
	583,672.58	361,598.75

Rúbricas	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados
Fornecedores				
Fornecedores conta corrente	583,672.58		341,261.69	20,337.06
Fornecedores outros				
	583,672.58		341,261.69	20,337.06

A conta de fornecedores apresentava a seguinte antiguidade de saldos por receber em 31 de Dezembro do ano de 2016:

Rúbricas	0-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	> 90 dias	Total
Fornecedores conta corrente	489,468.14	86,567.80	7,636.64		583,672.58
Fornecedores outros	489,468.14	86,567.80	7,636.64		583,672.58

21. Vendas e Serviços prestados

As vendas e serviços prestados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 foram como segue:

Rúbricas	31-Dez-16			31-Dez-15		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas						
Prestação de serviços						
Gestão de Resíduos	4,797,976.76		4,797,976.76	3,761,329.37		3,761,329.37
	4,797,976.76		4,797,976.76	3,761,329.37		3,761,329.37

22. Subsídios à exploração

Esta rubrica em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 apresentava os seguintes valores:

Rúbricas	31-Dez-16	31-Dez-15
Programa apoio emprego PIIE		8,000.00
Programa apoio maternidade		3,590.00
Programa Integra	2,310.00	
Apoio ao Transporte Marítimo de Resíduos	3,909.67	
	6,219.67	11,590.00

23. Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 foram como segue:

Rúbricas	31-Dez-16	31-Dez-15
Subcontratos	1,538,802.50	1,274,203.90
Serviços especializados	452,311.41	571,397.07
Materiais	147,908.79	28,461.80
Energia e fluidos	33,888.62	44,807.80
Deslocações, estadas e transportes	17,784.54	15,316.57
Serviços diversos	104,325.83	87,796.41
Rendas e Alugueres	22,572.88	21,200.00
Comunicação	12,422.47	14,838.33
Seguros	15,823.92	16,964.06
Contencioso e notariado	120.00	80.00
Despesas de representação	1,424.50	838.55
Limpeza Higiene e conforto	3,830.33	3,261.69
Outros Serviços	48,131.73	30,613.78
	2,295,021.69	2,021,983.55

O valor dos subcontratos está associado aos serviços contratados na área de seleção e tratamento de resíduos.

24. Gastos com o pessoal

Esta rubrica em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 apresentava os seguintes valores:

Rúbricas	31-Dez-16	31-Dez-15
Remunerações dos órgãos sociais		
Remunerações do pessoal	409,249.73	343,439.53
Encargos sobre remunerações	99,565.36	112,463.15
Seguros	4,659.33	4,940.40
Outros gastos com pessoal	1,875.93	569.96
	515,350.35	461,413.04

Em 31 de Dezembro de 2016, existiam 18 trabalhadores, aos quais acresciam 3 estagiários (L), 11 funcionários ao abrigo do Programa SEI, e 2 funcionários ao abrigo de programas de apoio ao emprego (Programa Recuperar). Face a 31 de Dezembro de 2015, registou-se a diminuição de 1 trabalhador. O número médio de trabalhadores no exercício de 2016 foi 18.

25. Imparidades de dívidas a receber

As imparidades de dívidas a receber registadas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foram os seguintes:

Perdas por imparidades	31-Dez-16	31-Dez-15
Saldo a 1 de Janeiro	4,152.93	1,773.39
Aumento	6,744.21	2,711.54
Reversão	-1,347.68	-332.00
Regularizações		
Saldo a 31 de Dezembro	9,549.46	4,152.93

O valor registado na demonstração de resultados dos anos de 2016, resulta dos aumentos resultantes da constituição de imparidades de dívidas de clientes de cobrança duvidosa.

26. Outros rendimentos

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, registaram-se os seguintes valores:

Rúbricas	31-Dez-16	31-Dez-15
Rendimentos suplementares		
Correcções relativas a períodos anteriores	7,379.75	23,480.52
Restituição Impostos		
Excesso estimativa impostos		0.01
Juros de depósitos	5,089.65	25,442.51
Outros rendimentos e ganhos		
	12,469.40	48,923.04

27. Outros gastos

Os outros gastos e perdas apresentavam no exercício findo de 2016 e de 2015 os seguintes valores:

Rúbricas	31-Dez-16	31-Dez-15
Impostos	108,899.33	61,458.29
Correcções relativas a períodos anteriores	1,731.78	6,265.93
Donativos	5,402.94	10,618.37
Outros gastos e perdas	37.39	189.58
	116,071.44	78,532.17

28. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Esta rubrica em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 apresentava os seguintes valores:

Rúbricas	31-Dez-16			31-Dez-15		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento						
Activos fixos tangíveis	232,277.55		232,277.55	391,048.24		391,048.24
Activos intangíveis	317,907.93		317,907.93	206,082.13		206,082.13
	550,185.48		550,185.48	597,130.37		597,130.37

29. Outras informações

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, existiam os seguintes litígios judiciais pendentes em que a MUSAMI figurava como Ré:

a) Processo nº 86/15.3BEPDL

Tribunal: Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada

Autora: T.M.E S.p.A – TERMOMECHANICA ECOLOGIA

Objeto: Anulação da decisão de qualificação de candidatos no âmbito do concurso limitado por prévia qualificação para a empreitada de conceção de construção e fornecimento de uma central de valorização energética de resíduos na Ilha de São Miguel.

Valor: 3.000.001,00 €

Estado Atual: No dia 30 de Abril de 2015 foi a MUSAMI citada da instauração da ação de contencioso pré-contratual. O processo aguarda decisão sobre a suscitada inutilidade superveniente da lide ou sobre o mérito da causa, caso a inutilidade superveniente da lide não venha a ser declarada.

b) Processo nº 87/09.0BEPDL

Tribunal: Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada

Autor: Marco Paulo Castanheira de Oliveira (e Outros)

Objeto: Pretende a condenação da MUSAMI por responsabilidade Civil Extra- contratual do Estado e Demais Entidades Públicas.

Valor: 1.125.000,00 €

Estado Atual: foi apresentada a contestação à ação proposta.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, existiam as seguintes garantias prestadas pela MUSAMI :

- Garantia bancária prestada junto da Direção Regional do Ambiente para garantir o bom e integral cumprimento das obrigações legais relativas à deposição de resíduos em Aterro, em conformidade com o ponto 2, artigo 92º do Decreto Legislativo Regional 29/2011/A de 16 de Novembro, (correspondente a 10% da empreitada da construção da célula 1 do Ecoparque da Ilha de São Miguel) emitida pelo Novo Banco dos Açores no valor de 175.873,42 €;
- Garantia bancária prestada junto da Direção Regional do Ambiente para o bom e integral cumprimento das obrigações legais relativas à deposição de resíduos no Aterro Sanitário da Ilha de São Miguel, emitida pela Caixa Geral de Depósitos no valor de 43.473,55 €.
- Garantia bancária prestada junto da Administração Tributária, no âmbito de reclamação apresentada para o processo de execução fiscal nº 3018201601005456, emitida pelo Novo Banco dos Açores no valor de 38.930,55 €.

O Conselho de Administração propõe para aplicação do resultados líquido obtido pela MUSAMI no exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, no valor de 396.132,25€, a transferência para :

- Reserva Legal no valor de 19.807,00€
- Dividendos no valor de 150.000,00€
- Resultados Transitados no valor de 226.325,25€

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração

